

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
ABREVIATURAS	11
 CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	 13
§ 1. ACTO, PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	13
1. Acto tributário (liquidação de imposto)	13
2. Procedimento	14
3. Processo	15
4. Relação jurídica tributária <i>lato sensu</i> , procedimento e processo	17
5. Relação jurídica tributária <i>triangular</i>	19
§ 2. INTERCONEXÃO DO PROCEDIMENTO E DO PROCESSO TRIBUTÁRIO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO	 21
1. Enquadramento	21
2. Relação com o direito constitucional	22
3. Relação com o direito administrativo	22
4. Relação com o direito processual civil	25
5. Relação com o direito penal e o direito processual penal	26
 CAPÍTULO II – PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES	 29
§ 3. LEGALIDADE	29
1. Obediência à lei e ao direito	29
2. Reserva de lei	30
3. Primado da lei e garantias de defesa dos contribuintes, em especial	31
4. Elaboração cuidada e cognoscibilidade legislativa em matéria tributária e penal	33
5. Discrecionariedade, conceitos indeterminados e vinculação da administração tributária	36
5.1. Tipicidade tributária	36
5.2. Interdição da analogia	36

5.3. Actos vinculados vs. actos discricionários, conceitos indeterminados e controlo jurisdicional	37
§ 4. OFICIALIDADE E INQUISITÓRIO	42
1. Preliminares	42
2. Tributação indirecta	45
3. Coexistência entre dever de investigação e ónus probatório	46
§ 5. COLABORAÇÃO	48
1. Enquadramento	48
2. Informação sobre os direitos e obrigações dos contribuintes	50
3. Regularização da situação tributária e o exercício do direito à redução da coima	51
4. Instruções administrativas	51
5. Informações vinculativas	54
6. Assistência necessária ao cumprimento dos deveres acessórios	61
7. Esclarecimento pelo sujeito passivo ou demais interessados das dúvidas sobre as suas declarações ou documentos	63
8. Extensão do direito à informação e responsabilidade pelas informações	64
9. Incumprimento do dever de colaboração pelo contribuinte	66
§ 6. CONTRADITÓRIO	67
1. Enquadramento	67
2. Audição prévia do contribuinte no procedimento tributário	67
2.1. Audição antes da liquidação	71
2.2. Antes do indeferimento total ou parcial dos pedidos, reclamações, recursos ou petições	72
2.3. Antes da revogação de qualquer benefício ou acto administrativo em matéria fiscal	73
2.4. Antes da decisão de aplicação de métodos indirectos, quando não haja lugar a relatório de inspecção	74
2.5. Antes da conclusão do relatório da inspecção tributária	75
2.6. Da (in)admissibilidade na execução fiscal	79
§ 7. CELERIDADE	83
1. Interdição da prática de actos inúteis ou dilatórios	83
2. Celeridade na liquidação do imposto	85
3. Celeridade na cobrança do imposto	86
4. Celeridade na restituição do imposto	87
5. Celeridade na justiça tributária	88

§ 8. PROPORCIONALIDADE	90
1. Enquadramento	90
2. Inspeção tributária	90
3. Cobrança	92
§ 9. INDISPONIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	94
1. Natureza <i>ex lege</i> da relação tributária	94
2. Das “bagatelas” fiscais	96
3. Da (in)derrogabilidade da indisponibilidade do crédito tributário	97
4. O caso das “amnistias fiscais”	99
5. Da não entrega do imposto e a massa insolvente do devedor	99
6. Indisponibilidade do crédito tributário e as garantias dos contribuintes	100
7. Arbitragem tributária	102
8. Acordos prévios sobre os preços de transferência	104
§ 10. CONFIDENCIALIDADE	107
1. Confidencialidade enquanto contraponto do dever de colaboração imposto ao contribuinte	107
2. Conhecimento do teor e da autoria das denúncias	109
3. Um <i>dever e direito</i> da administração tributária	109
4. O caso das inscrições matriciais	109
5. Sigilo profissional	111
6. Cooperação de entidades públicas	112
7. Informação relativa a terceiros	113
8. Responsabilidade civil, disciplinar e penal	113
9. Cessação do dever de sigilo fiscal	116
10. Divulgação de listas de devedores	120
§ 11. TUTELA JURISDICCIONAL EFECTIVA	124
1. Separação, interdependência e controlo de poderes	124
2. Do administrador-juiz ao controlo jurisdiccional	124
3. Processo tributário enquanto contencioso pleno	125
4. Controlo administrativo e jurisdiccional	127
5. <i>Solve et repete</i>	128
6. Carácter (in)controverso do acto tributário exequendo	129
§ 12. IMPUGNAÇÃO UNITÁRIA	130
1. Actos preparatórios e interlocutórios	130
2. Avaliação indirecta e sua impugnação contenciosa	131
§ 13. DUPLO GRAU DE DECISÃO	132

CAPÍTULO III – INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA	135
§ 14. PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO	135
1. Enquadramento	135
2. Inspeção enquanto “berço” da liquidação e da cobrança do imposto, da detecção e da investigação das infracções tributárias	135
2.1. Da liquidação e da fundamentação remissiva	135
2.2. Da cobrança do imposto	137
2.3. Da detecção das infracções tributárias	138
3. Classificações quanto ao âmbito e à extensão	140
4. Finalidade	140
5. Notificação prévia do procedimento externo	141
6. Início e duração do procedimento e caducidade do direito à liquidação	142
7. Prova	144
7.1. Verdade material, inquisitório e ónus probatório	144
7.2. Recolha de prova	146
8. Procedimento de regularização voluntária	147
8.1. Preliminares	147
8.2. Vantagens	148
8.3. Tramitação	148
8.4. Inimpugnabilidade das correcções acordadas	149
8.5. (Im)possibilidade de anulação oficiosa das correcções acordadas	155
9. Direito de audição prévia	156
10. Irrepetibilidade do procedimento externo	159
11. Relatório final	161
§ 15. DERROGAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO	163
1. Enquadramento	163
2. Bem jurídico tutelado	164
3. Tramitação	168
3.1. Preliminares	168
3.2. Operações financeiras	169
3.3. Informações e documentos bancários	170
3.4. Informação bancária no procedimento específico de prova do preço efectivo na transmissão de bens imóveis (artigo 139.º do Código do IRC)	173
3.5. Informação bancária no caso de acréscimo patrimonial não justificado	176
3.6. Contas bancárias exclusivamente afectas à actividade empresarial	176
3.7. Dever especial de fundamentação	177
3.8. Sancionamento da não obediência qualificada a ordem ou mandado	178

CAPÍTULO IV – LIQUIDAÇÃO	179
§ 16. PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO	179
1. Enquadramento	179
2. Liquidação oficiosa	182
3. Liquidação adicional	184
4. Liquidação correctiva	185
5. Heteroliquidação de imposto	188
6. Autoliquidação de imposto	189
7. Avaliação da matéria tributável	192
7.1. Descoberta da verdade material	192
7.2. Distribuição do ónus da prova	193
7.3. Elementos probatórios na disponibilidade da administração tributária	197
7.4. Utilização de tecnologias de informação e de comunicação	197
7.5. Presunções	198
7.6. Contraprova	199
8. Avaliação indirecta, em especial	200
8.1. Necessidade da aplicação dos métodos indirectos	200
8.2. Excepcionalidade e subsidiariedade	203
8.3. Competência	207
8.4. Manifestações de fortuna e acréscimos patrimoniais não justificados	209
9. Caducidade do direito à liquidação	213
9.1. Razão de ser	213
9.2. Necessidade da notificação da liquidação	215
9.3. Modalidades de notificação e contagem do prazo de caducidade	217
9.4. Notificação dos fundamentos, em especial	219
9.5. Prazos legais de caducidade	221
9.6. Prazo especial no caso de instauração do processo de inquérito criminal	222
9.7. Prazo para o contribuinte solicitar o reembolso de IVA	224
9.8. Suspensão do prazo de caducidade	227
9.9. Fundamento em diversos meios de defesa ao dispor do contribuinte	230
CAPÍTULO V – INTERACÇÃO COM O PROCESSO PENAL	231
§ 17. PROCEDIMENTO DE INSPECÇÃO TRIBUTÁRIA E PROCESSO PENAL	231
1. Da utilização no processo de inquérito criminal fiscal das provas recolhidas no procedimento de inspecção tributária	231
2. Da utilização no procedimento de inspecção tributária das provas recolhidas no processo de inquérito criminal fiscal	233
3. Sobre a aplicação jurídico-penal dos métodos indirectos	234

§ 18. LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO, PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO CIVIL E PROCESSO PENAL	241
1. Liquidação de imposto e responsabilidade civil por crime tributário	241
2. Princípio da adesão	242
3. Responsabilidade tributária, civil e penal	244
4. Reserva de administração e separação de poderes	245
§ 19. LIQUIDAÇÃO DO IMPOSTO E A PREJUDICIALIDADE DAS QUESTÕES TRIBUTÁRIAS NO PROCESSO PENAL	246
1. Enquadramento	246
2. Suspensão do processo penal tributário	247
3. Duração do inquérito e seu encerramento	248
CAPÍTULO VI – COBRANÇA	249
§ 20. PROCEDIMENTO DE COBRANÇA	249
1. Cobrança voluntária vs. cobrança coerciva	249
2. Da (in)admissibilidade da cobrança voluntária das dívidas prescritas	252
3. Mecanismo de retenção na fonte	256
4. Pagamento por conta	259
§ 21. JUROS	260
1. Juros de mora	260
1.1. Enquadramento	260
1.2. Natureza	262
1.3. Da (in)admissibilidade dos juros sobre as coimas	264
1.4. Contagem	266
1.4.1. Limites temporais	266
1.4.2. Prescrição	271
1.4.3. Sobre o caso especial da compensação tributária	271
1.5. Assimetria entre os juros moratórios e os juros indemnizatórios	272
1.6. Isenção a favor do devedor subsidiário	274
1.7. Em especial: Imputação do pagamento coercivo insuficiente	275
1.8. Relação com a prestação de garantia idónea	278
1.9. Juros de mora a favor do contribuinte	279
2. Juros compensatórios	282
2.1. Enquadramento	282
2.2. Natureza	282
2.3. Sua integração na dívida do imposto	284
2.4. Culpa e ónus da prova	285

2.5. Contagem	286
2.6. Situações especiais	287
2.7. Fundamentação	288
3. Juros indemnizatórios	288
3.1. Enquadramento	288
3.2. Natureza	290
3.3. Responsabilidade civil extracontratual	291
3.4. Pressupostos	293
3.5. Ónus da prova	294
3.6. Em especial: Regime de responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas	294
3.7. O erro imputável aos serviços	295
3.7.1. Considerações introdutórias	295
3.7.2. Das orientações genéricas da AT como causa	297
3.7.3. Erro sobre os pressupostos de facto ou de direito	298
3.7.4. Reconhecimento do erro imputável aos serviços	300
3.8. Situações especiais	302
3.9. Taxa legal	304
 CAPÍTULO VII – EXECUÇÃO FISCAL	 307
§ 22. NATUREZA	307
1. Natureza judicial <i>vs.</i> administrativa	307
2. Aspectos procedimentais administrativos no processo de execução fiscal	311
3. Estatuto <i>supra partes</i> do órgão de execução fiscal	312
§ 23. CITAÇÃO	314
1. Conceito	314
2. Elementos	315
3. Modalidades	316
4. Consequências da utilização de modalidade indevida de citação	317
5. Citação enquanto causa interruptiva da prescrição	317
6. Falta e nulidade da citação	320
7. Sobre o papel (ir)relevante da citação	322
§ 24. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL E A PRESTAÇÃO DE GARANTIA IDÓNEA	323
1. Enquadramento	323
2. Exigência do meio de defesa e da prestação de garantia idónea	325

3.	Suspensão da execução fiscal antes da apresentação do meio de defesa	329
4.	Suspensão da execução fiscal e o alcance da proibição da realização de actos de cobrança coerciva	331
5.	Cálculo da garantia idónea	332
6.	Idoneidade da garantia	334
7.	Sobre a (in)admissibilidade da fiança enquanto garantia idónea	334
8.	Caducidade da garantia prestada	338
9.	Garantia em caso de prestação indevida	341
10.	Dispensa de prestação de garantia	344
11.	Reforço, substituição, redução e levantamento de garantia	348
12.	Sobre a suspensão do prazo legal de prescrição da dívida tributária	350
§ 25.	ARRESTO	352
1.	Enquadramento	352
2.	Fundamento(s)	353
3.	Tramitação	355
4.	Sindicância contenciosa	356
5.	Cessaçã do efeito	357
§ 26.	PENHORA DE BENS	357
1.	Enquadramento	357
2.	Proporcionalidade	359
3.	Impenhorabilidade absoluta, relativa e parcial de bens	362
4.	Penhora de créditos	365
5.	Penhora de vencimentos, abonos, salários e pensões	367
6.	Penhora de títulos de crédito emitidos por entidades públicas	368
7.	Penhora de rendimentos periódicos	369
8.	Penhora de depósitos bancários	370
9.	Penhora de bens imóveis	372
10.	Penhora de bens móveis	376
§ 27.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA SUBSIDIÁRIA DOS GESTORES	377
1.	Titularidade passiva e subsidiariedade	377
2.	Benefício da excussão	377
3.	Isenção de custas e de juros de mora	379
4.	Conceito e natureza da reversão	379
5.	Audição prévia do revertido	380
6.	Sobre a (ir)relevância da gerência ou administração nominal e de facto	381
7.	Delimitação temporal da gerência ou administração e ónus da prova	383

§ 28. CONVOCAÇÃO DE CREDORES, RECLAMAÇÃO, VERIFICAÇÃO E GRADUAÇÃO DE CRÉDITOS	388
1. Destinatários da citação	388
2. Tramitação	390
§ 29. VENDA COERCIVA DE BENS	391
1. Enquadramento	391
2. Momento da realização	393
3. Modalidades	393
4. Publicitação	393
5. Exercício do direito de preferência	394
6. Depósito do preço pelo adquirente	395
7. Entrega ao adquirente do bem vendido	395
8. Anulação da venda coerciva	396
8.1. Prazos legais para a apresentação do pedido	396
8.2. Competência para a decisão de anulação: evolução legal do regime	398
8.3. Fundamentos	400
§ 30. COMPENSAÇÃO DAS DÍVIDAS TRIBUTÁRIAS	405
1. Enquadramento	405
2. Da restrição da iniciativa do fisco ao alargamento da iniciativa do contribuinte	406
3. Controlo administrativo e jurisdicional da decisão de compensação	408
§ 31. PRESCRIÇÃO	409
1. Enquadramento	409
2. Evolução no tempo dos prazos prescricionais	410
3. Contagem	411
4. Interrupção vs. suspensão da prescrição	412
4.1. Preliminares	412
4.2. Interrupção	412
4.3. Suspensão	417
5. Conhecimento oficioso	422
6. Fundamento de oposição judicial à execução fiscal e de outras formas de processo	422
CAPÍTULO VIII – MEIOS DE DEFESA	425
PARTE I – GARANTIAS ADMINISTRATIVAS	425
§ 32. REVISÃO DA MATÉRIA TRIBUTÁVEL	425
1. Avaliação indirecta e necessidade do seu controlo	425

2.	Procedimento de revisão da matéria tributável, em especial	427
3.	Sobre o caso (especial) da impugnação judicial da liquidação em que tenha existido avaliação indirecta	429
§ 33.	RECLAMAÇÃO GRACIOSA	432
1.	Considerações introdutórias	432
2.	Prazo e local de apresentação	433
3.	Objecto	436
4.	Interrupção e suspensão da prescrição	438
5.	Apresentação da reclamação graciosa e eventual suspensão da execução fiscal	439
6.	Exigência legal de reclamação graciosa necessária	442
7.	Decisão do procedimento	444
7.1.	Audição prévia do contribuinte	444
7.2.	Entidade competente	445
7.3.	Prazo de decisão	447
7.4.	Agravamento da colecta	447
8.	Sindicância administrativa e contenciosa da decisão da reclamação graciosa	448
8.1.	Recurso hierárquico	448
8.2.	Impugnação judicial	448
§ 34.	REVISÃO DO ACTO TRIBUTÁRIO	449
1.	Enquadramento e importância prática deste meio de defesa	449
2.	Modalidades de revisão do acto tributário	451
3.	Erro imputável aos serviços, em especial	452
4.	Objecto	455
5.	Iniciativa e impulso	456
6.	Prazos	458
7.	Órgão decisor	460
8.	Revisão excepcional da matéria tributável	462
9.	Revisão por motivo de duplicação de colecta	468
10.	Sindicância da decisão de indeferimento da revisão do acto tributário	468
11.	Revisão do acto tributário e suspensão do processo de execução fiscal	470
§ 35.	RECURSO HIERÁRQUICO	477
1.	Considerações introdutórias	477
2.	Principais vantagens	478
3.	Objecto	479
4.	Efeitos	481

5.	Recurso hierárquico e princípio do duplo grau de decisão	482
6.	Entidade competente para a decisão	483
7.	Prazo de decisão	484
8.	Anulação administrativa do acto recorrido	486
9.	Sindicância contenciosa da decisão	487
PARTE II – GARANTIAS CONTENCIOSAS		488
§ 36. IMPUGNAÇÃO JUDICIAL		488
1.	Considerações introdutórias	488
2.	Prazo de interposição	488
3.	Local de apresentação	498
4.	Objecto	499
5.	Impugnação judicial e procedimento específico de prova do preço efectivo na transmissão de bens imóveis (artigo 139.º do Código do IRC)	509
6.	Fundamentos	511
7.	Errónea qualificação e quantificação dos rendimentos, lucros, valores patrimoniais e outros factos tributários	511
8.	Incompetência	512
9.	Ausência ou vício da fundamentação legalmente exigida	513
10.	Preterição de outras formalidades legais	515
11.	Contestação pelo Representante da Fazenda Pública	515
12.	Anulação administrativa do acto tributário impugnado	520
12.1.	Uma verdadeira “reclamação”?	520
12.2.	Reapreciação do acto tributário e dispensa do dever legal de decisão	523
12.3.	Decisão de anulação administrativa	525
12.4.	Em especial, a reapreciação do acto impugnado no caso da autoliquidação de imposto e a exigência legal de reclamação prévia e necessária	527
§ 37. ACÇÃO ADMINISTRATIVA		529
1.	Preliminares	529
2.	Exemplos	530
3.	Fundamentos de impugnação judicial vs. acção administrativa	532
§ 38. ACÇÃO PARA O RECONHECIMENTO DE UM DIREITO OU INTERESSE LEGÍTIMO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA		533
1.	Preliminares	533
2.	Complementariedade	534
3.	Tramitação	536

§ 39. RECURSO JUDICIAL DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE DERROGAÇÃO DO SIGILO BANCÁRIO PARA EFEITOS FISCAIS	537
1. Preliminares	537
2. Sobre a regra do efeito devolutivo do recurso judicial	538
3. Sobre a utilização de procedimentos cautelares	538
4. Situações de efeito suspensivo do recurso judicial	539
5. Oposição ao recurso judicial	539
6. Sobre o recurso judicial enquanto processo urgente	540
§ 40. OPOSIÇÃO JUDICIAL À EXECUÇÃO FISCAL	540
1. Enquadramento	540
2. Prazo e local de apresentação	542
3. Fundamentos	544
3.1. Ilegalidade <i>abstracta</i> do acto tributário subjacente	545
3.2. Ilegitimidade da pessoa citada	547
3.3. Falsidade do título executivo	552
3.4. Prescrição da dívida exequenda	553
3.5. Falta da notificação da liquidação do tributo no prazo de caducidade	555
3.6. Pagamento ou anulação da dívida exequenda	561
3.7. Duplicação de colecta	563
3.8. Ilegalidade <i>concreta</i> do acto tributário subjacente	565
3.9. Quaisquer outros fundamentos	566
4. Comunicação do pagamento e <i>eventual</i> extinção da oposição	568
§ 41. RECLAMAÇÃO JUDICIAL DOS ACTOS DE EXECUÇÃO FISCAL	571
1. Considerações introdutórias	571
2. Alcance do meio processual	572
3. Revogação do acto reclamado	574
4. Prazo e local de apresentação	575
5. Regime	575
§ 42. ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA	577
1. Objectivos	577
2. Vantagens	578
3. Competência dos tribunais tributários e dos tribunais arbitrais	579
4. Composição dos tribunais arbitrais e requisitos de designação dos árbitros	581
5. Processo arbitral	581
5.1. Requerimento de constituição de tribunal arbitral	581
5.2. Contagem dos prazos para a apresentação de pedido	582

5.3. Conhecimento do pedido à administração tributária	583
5.4. Reunião com as partes e comunicação da data da decisão arbitral	583
5.5. Decisão arbitral	583
5.6. Dissolução do tribunal arbitral	583
5.7. Efeitos da decisão arbitral de que não caiba recurso ou impugnação	584
5.8. Recurso e impugnação da decisão arbitral	584